



ACÓRDÃO Nº756/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11698/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado
- 4- **Exercício:** 2018
- 5- **Responsável:** Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa (Ordenador de Despesa), Edson dos Anjos Ramos (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2780/2020-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Determinação.
Recomendação. Notificação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro **Érico Xavier Desterro e Silva**, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a a **Prestação de Contas** dos senhores **Edson dos Anjos Ramos** e **Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa**, responsáveis pelo **Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado**, ambos Diretores e Ordenadores de Despesas no período de 01/01/2018 a 18/07/2018 e 18/07/18 a 31/12/2018, respectivamente, nos termos do art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei estadual nº 2.423/1996-LOTCE/AM, em razão das impropriedades 06 e 07 não sanadas.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. **Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa**, responsável pelo **Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas no período de 18/07/2018 a 31/12/2018, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), em razão de ato praticado com grave infração à norma legal, nos termos do art. 54, inciso VI, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, pelos fatos e fundamentos apresentados



ACÓRDÃO Nº756/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

no Relatório-Voto quanto à permanência das impropriedades 06 e 07 não sanadas, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **Edson dos Anjos Ramos**, responsável pelo **Hospital Pronto Socorro Dr. João Lúcio Pereira Machado**, Diretor-Geral e Ordenador de Despesas no período de 01/01/2018 a 18/07/2018, no valor de **R\$13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), em razão de ato praticado com grave infração à norma legal, nos termos do art. 54, inciso VI, da Lei n.º 2423/96-LOTCE/AM c/c art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, pelos fatos e fundamentos apresentados no Relatório-Voto quanto à permanência das impropriedades 06 e 07 não sanadas, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Determinar** à atual Administração, sob pena das contas do próximo exercício serem julgadas irregulares nos termos do artigo 188, inciso III, alínea "e", da Resolução n.º 04/2002-RITCE/AM, que:

10.4.1. Mantenha as Declarações de Bens atualizadas junto as pastas funcionais dos servidores em Cargo Comissionado e Função Gratificada, conforme determina a legislação vigente;

10.4.2. Observe com rigor a legislação vigente no que toca à exigência de processo licitatório, nos termos dos artigos 2º,



ACÓRDÃO Nº756/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

24, 25 e 26, da Lei Federal n.º 8.666/93 e adote um sistemático planejamento de suas compras, a fim de evitar o fracionamento de despesa, sob pena de multa por reincidência nos termos do Art.308, IV, alínea “b”, do RITCE/AM;

10.4.3. Mantenha todos os documentos exigidos em Lei junto aos processos licitatórios;

10.4.4. Solicite da Secretaria de Estado de Saúde-SUSAM, uma Comissão de Patrimônio para realizar o levantamento geral dos Bens Patrimoniais da Unidade Gestora, fixando as plaquetas com os números de tombo, conforme determina os artigos 92 e 94 da Lei nº 4.320/64;

10.5. Recomendar à Central de Medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas - Cema:

10.5.1. Para que, na justificativa para o ordenador, indique a problemática e o procedimento a ser realizado para sanar os problemas de desabastecimento, bem como realize o planejamento para o abastecimento das unidades de saúde.

10.6. Recomendar à Secretaria de Estado da Saúde – Susam, FES, SEFAZ e Centro de Serviços Compartilhados-CSC:

10.6.1. Realize o planejamento para contratações em tempo hábil, assim como os pagamentos aos fornecedores de acordo com o cronograma, a fim de evitar excessos de dispensas, excessos de despesas sem cobertura contratual, fragmentações de despesas e saldos em restos a pagar.

10.7. Determinar ao Órgão Técnico que verifique a correção das falhas apontadas na próxima inspeção *in loco*.

10.8. Notificar os senhores Antônio Carlos Carneiro da Silva Nossa e Edson dos Anjos Ramos, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para que tome ciência do decisório.

Vencida a proposta de voto do Relator quanto ao valor das multas aplicadas por entender ser o valor com base à época do fato ocorrido.

11- Ata: 23ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.



ACÓRDÃO Nº756/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Data da Sessão: 28 de Julho de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Redator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral